OS SUPORTES EPISTEMOLÓGICOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

THE EPISTEMOLOGICAL BASES OF SOCIAL MOVEMENTS

Beatriz Maria Soares PONTES¹

RESUMO

Sob a ótica das Ciências Sociais, os movimentos sociais são vistos como estudos sociopolíticos que apresentam o propósito de analisá-los no âmbito da ação coletiva. Surgiram como objeto de estudo, simultaneamente, com o advento da própria sociologia. No século XX, a temática passou a ser vista no universo dos processos de interação social, dentro da teoria do conflito e da mudança social. Foi denominada abordagem clássica. As doutrinas do interacionismo simbólico norte-americano viram nos movimentos sociais um fator de disfunção da ordem. Essas doutrinas se preocuparam com o entendimento do que seriam os grupos sociais. Nos anos 50 e parte dos 60, do século XX, os estudos na esfera das Ciências Sociais, além do enfoque dos estudos específicos abordaram os movimentos no contexto das mudanças sociais, vendo-os como fontes de conflitos e tensões, fomentadores de revoluções, revoltas e atos considerados anômalos, no contexto dos comportamentos coletivos vigentes. Nas abordagens fundadas no paradigma decorrente da teoria marxista, até os anos 50, o conceito de movimento social foi associado ao de luta de classes. Havia a crença na existência de um sujeito principal daqueles processos: a classe trabalhadora. O advento de novas modalidades de movimentos sociais contribuiu para que novos olhares fossem lançados sobre a problemática. Na Europa, a onda dos chamados novos movimentos sociais, a partir dos anos 60, do século passado, deu origem a um novo paradigma da ação social que foi responsável pelo surgimento de abordagens que elegeram os movimentos sociais como tema central de investigação. Nos anos 80, destacou-se a revisão ocorrida no paradigma da Mobilização de Recursos e o debate por ele travado, através de análises comparativas com o paradigma europeu dos Novos Movimentos Sociais. Em 1988, após um seminário internacional foi registrada uma revisão nos estudos sobre os movimentos sociais, em especial no paradigma norte-americano, com a consolidação da teoria da Mobilização Política. Nos anos 90, foram alterados os quadros sobre os movimentos sociais, tanto do ponto de vista das manifestações concretas da realidade, como da produção teórica. Na América Latina, em especial no Brasil, as mudanças decorrentes da globalização da economia e a institucionalização dos processos gerados no período da redemocratização acarretaram um novo ciclo de movimentos e lutas, menos centrados na questão dos direitos e mais nos mecanismos de exclusão social.

Palavras-chave: Epistemologia, Movimentos Sociais, Conteúdo dos Movimentos.

ABSTRACT

From the perspective of the Social Sciences, the social movements are seen as socio-political studies which have the purpose to analyze them, in the context of collective action. They emerged as an object of study simultaneously with the advent of Sociology itself. In the 20th century, the area began to be seen in the universe of the processes of social interaction, within

---

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: beatrizmariasoaes@ig.com.br

the theory of conflict and social change. It was named the classical approach. The doctrines of the American symbolic interactionism saw in social movements a factor of dysfunction of the order. These doctrines concerned the understanding of what would be the social groups. In the 50s and part of the 60s, in the 20th century, the studies in the Social Sciences sphere, in addition to the focus of specific studies that have addressed the movements in the context of social change, seeing them as sources of conflicts and tensions, developers of revolutions, uprisings and acts considered anomalous, in the context of the prevailing collective behaviors. In approaches based on the paradigm of the theory, up to 50s, the concept of social movement was associated to that of the class struggle. There was the belief in the existence of a main subject of these processes: the working class. The advent of new forms of social movements contributed so that new perspectives were casted on the subject. In Europe, the wave of the so-called new social movements, from the 60s, in the last century, gave rise to a new paradigm of social action that was responsible for the appearance of approaches that elected the social movements as a central theme for research. In the 80s, it stood out the review occurred in the paradigm of Resource Mobilization and the debate caused by it, through comparative analyses with the European paradigm of the New Social Movements. In 1988, after an international seminar it was recorded a review on studies about the social movements, especially in the North American paradigm, with the consolidation of the theory of Political Mobilization. In the 90s, the frames about the social movements were changed, both from the point of view of the concrete manifestations of reality, as from the theoretical production view. In Latin America, particularly in Brazil, the changes resulting from the globalization of the economy and the institutionalization of processes generated in the period of the redemocratization, led to a new cycle of movements and struggles, less centered on the human rights and more centered on the mechanisms of social exclusion.

Keywords: Epistemology, Social Movements, Contents of the Movements.

INTRODUÇÃO

Sob a ótica das Ciências Sociais, os movimentos sociais são vistos como estudos sociopolíticos que apresentam o propósito de analisá-los no âmbito da ação coletiva. Surgiram como objeto de estudo simultaneamente, com o advento da própria sociologia.

No século XX, a temática passou a ser vista no universo dos processos de interação social, dentro da teoria do conflito e da mudança social. Foi denominada abordagem clássica. As doutrinas do interacionismo simbólico norte-americano viram nos movimentos sociais um fator de disfunção da ordem. Essas doutrinas se preocuparam com o entendimento do que seriam os grupos sociais.

Nos anos 50 e parte dos 60, do século XX, os estudos na esfera das Ciências Sociais, além do enfoque de estudos específicos abordaram os movimentos no contexto das mudanças sociais, vendo-os como fontes de conflitos e tensões, fomentadores de revoluções, revoltas e atos considerados anômalos, no contexto dos comportamentos coletivos vigentes.

Nas abordagens fundadas no paradigma decorrente da teoria marxista, até os anos 50, o conceito de movimento social foi associado ao de luta de classes. Havia a crença na existência

de um sujeito principal daqueles processos: a classe trabalhadora. O advento de novas modalidades de movimentos sociais contribuiu para que novos olhares fossem lançados sobre a problemática.

Na Europa, a onda dos chamados novos movimentos sociais, a partir dos anos 60, do século passado, deu origem a um novo paradigma da ação social que foi responsável pelo surgimento de abordagens que elegeram os movimentos sociais como tema central de investigação.

Nos anos 80, destacou-se a revisão ocorrida no paradigma da Mobilização de Recursos e o debate por ele travado, através de análises comparativas com o paradigma europeu dos Novos Movimentos Sociais.

Em 1988, após um seminário internacional foi registrada uma revisão nos estudos sobre os movimentos sociais, em especial no paradigma norte-americano, com a consolidação da teoria da Mobilização Política.

Nos anos 90, foram alterados os quadros sobre os movimentos sociais, tanto do ponto de vista das manifestações concretas da realidade, como da produção teórica. Na América Latina, em especial no Brasil, as mudanças decorrentes da globalização da economia e a institucionalização dos processos gerados no período da redemocratização acarretaram um novo ciclo de movimentos e lutas, menos centrados na questão dos direitos e mais nos mecanismos de exclusão social.

1 . O PARADIGMA NORTE-AMERICANO: AS TEORIAS CLÁSSICAS SOBRE AS AÇÕES COLETIVAS

O período clássico sobre a discussão teórica dos movimentos sociais foi heterogêneo, podendo-se discernir sete vetores principais: a teoria da ação social e a busca da compreensão dos comportamentos coletivos; a ênfase na ação institucional, contraposta à não institucional; a análise dos movimentos em termos de ciclos evolutivos em que seu surgimento, crescimento e propagação, ocorrendo por intermédio de um processo de comunicação, abrangia contatos, rumores, reações circulares e difusão das ideias; análise das reações psicológicas diante das mudanças; estudo dos comportamentos coletivos, além dos mecanismos de quebra da ordem social vigente; discussão sobre o sistema político visto como uma sociedade aberta a todos, plural, permeável, não tendo os movimentos sociais a capacidade de influenciar esse sistema devido às suas características espontâneas e explosivas, pois somente, os partidos políticos, os

grupos de interesses e alguns líderes teriam tal capacidade e a abordagem clássica pratuando sobre uma democracia elitista.

1.1 A Escola de Chicago e os Interacionistas: Movimentos Sociais como Reações Psicológicas às Estruturas de Privações Socioeconômicas

A Escola de Chicago estudando os movimentos sociais concebia a mudança social, além das análises do “desenvolvimento de comunidade”, processos de participação e educação “para o povo”.

A participação dos indivíduos na comunidade era vista sob uma ótica integracionista, baseada em instrumentos educativos que poderiam mudar e ordenar os processos sociais.

O elemento da criatividade era visto como inerente aos indivíduos sendo um dos pressupostos básicos da escola. Para isso, seria necessário unir estudos institucionais (decorrentes do método comparativo) e estudos psicológicos (decorrentes das análises sobre as atitudes humanas, comportamentos e reações). A interação entre o indivíduo e a sociedade era o enfoque básico.

A mudança social passava, portanto, pela perspectiva da reforma social. Os agentes básicos nesse processo de mudança eram as lideranças, porque, o binômio indivíduo- sociedade tendia a privilegiar, ao final do processo, o primeiro termo e, conseqüentemente, a individualização. Portanto, a necessidade era de líderes bem formados que estimulassem a mudança por meio de seus próprios exemplos, da realização de suas próprias vidas e das relações que estabeleciam com os outros.

Assim, a transformação passava pela cooperação voluntária, vista como resultado natural da interação grupal. Na realidade, as lideranças seriam elites reformistas, detentoras de um conhecimento científico útil.

A Escola preconizava a presença de técnicos sociais com a finalidade do conhecimento ser traduzido em programas de ação prática. Por outro lado, as instituições e a educação tornariam possíveis o auto direcionamento do povo e sua cooperação. Tais pressupostos embasaram as concepções sobre mudança social preconizada pelos movimentos sociais populares nos anos 70 e parte dos 80, que seguiram a direção da Teologia da Libertação, na Igreja Católica da América Latina.

A participação ativa e a interação eram elementos indispensáveis no cotidiano do trabalho dos líderes. Não se admitia que as lideranças não fossem engajadas ou que não falassem e vissem as necessidades dos grupos sociais considerados menos avançados, dentro do marco referencial evolucionista que a concepção mais ampla do grupo abrangia. Não só os atos voluntários tinham grande espaço, mas também, as ações espontâneas.

O conflito era considerado natural e inevitável, decorrente do choque entre as culturas das diferentes realidades. Esses agentes teriam um papel de apaziguar os conflitos, transformando-os em instituições sociais por meio do equacionamento das demandas em questão.

Assim, os pontos básicos da teoria da mudança social da Escola de Chicago serviram à educação e à criação de instituições que tiveram grande repercussão nas políticas de desenvolvimento comunitário do pós-guerra e na base de várias propostas de educação popular na América Latina, nos anos 70 e 80, tendo sido retomados na década de 90 pelas políticas neoliberais da economia globalizada.

Do ponto de vista metodológico, a Escola de Chicago forneceu elementos para a pesquisa sobre movimentos sociais a partir de dados históricos e documentais.

1.2 Segunda Teoria sobre Movimentos Sociais no Paradigma Clássico: Sociedade de Massas – Fromm, Hoffer, Kornhauser

Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) e Kornhauser (1959) foram os principais representantes dessa teoria, que via os comportamentos coletivos como resultado de ações advindas de participantes desconectados das relações em ações normais e tradicionais. Tratava-se de uma corrente mais preocupada com o comportamento coletivo das massas, vendo-o, também, como fruto da anomia e das condições estruturais de carências e privações.

A nova corrente estava mais preocupada com o totalitarismo, com os movimentos não democráticos, com a alienação das massas, a perda de controle e de influência das elites culturais e com o desamparo das massas para encontrar tipos substanciais de racionalidade à elaboração política, numa sociedade dominada cada vez mais, por tecnologias complexas. A corrente da sociedade de massas contribuiu para a elaboração da teoria de Smelser (1962) e para formulações de Reich (1970), quando este afirmou que as massas tinham se tornado apáticas, incapazes de discriminação, biopáticas e escravas, como resultado da supressão de sua vitalidade.

1.3 Terceira Teoria sobre os Movimentos Sociais no Paradigma Clássico: Abordagem Sociopolítica – Lipset e Rudolf Heberle

Nos anos 50, a conjuntura política internacional da Guerra Fria e o surgimento de movimentos com fortes conotações ideológicas estruturou um cenário em que, nos países do Primeiro Mundo, a discussão básica se resumia à desarticulação da sociedade desorientada pelas

inovações da indústria ou pelo comportamento coletivo das massas. Para alguns autores o tema reforma ou revolução era a agenda do momento e a compreensão dos movimentos sociais deveria passar pela discussão política da questão.

S. Lipset (1950) e R. Heberle (1951) articularam a problemática das classes sociais e das relações sociais de produção, dois marcos fundamentais do paradigma das lutas sociais em sua versão marxista, para a compreensão de comportamentos coletivos do tipo político partidário. O comportamento dos eleitores, a mobilização partidária e o poder político dos diferentes grupos e facções foram estudados para entender processos de mudança social na América Latina, no caso de Lipset e para entender revoluções e conflitos entre as nações, como o nazifacismo, no caso de Heberle.

1.4 Quarta Teoria sobre os Movimentos Sociais no Paradigma Clássico: O Comportamento Coletivo sob a Ótica do Funcionalismo - Parsons, Turner, Killian e Smelser

1.4.1 Pressupostos Teóricos Básicos: A Influência de Parsons

Parsons (1952) conclui sua teoria do sistema social combinando conceitos como valores centrais, normas, papéis, estrutura, função, equilíbrio e diferenciação estrutural. Para Parsons existem quatro dimensões básicas dos sistemas de ação: adaptação, consecução de metas, latência ou manutenção de padrão e integração, cada uma desempenhando uma função estrutural na sociedade. Todavia, o desenvolvimento do sistema de ação social parsoniano não leva ao desenvolvimento do ator ou agente de ação, mas ao do sistema social, por meio do desenvolvimento das ações individuais, ou seja, pelos papéis de *status* que aqueles indivíduos passam a desempenhar. Talvez tenha sido este o principal fator que levou Smelser (1962) a buscar em Parsons (1952) respaldo teórico para entender o comportamento coletivo dos grupos sociais expresso em movimentos.

A matriz teórica de análise é a teoria da estratificação social da corrente funcionalista parsoniana, cujo elemento básico são: indivíduo-sociedade opondo-se à comunidade e indivíduo feio e integrado *versus* indivíduo desajustado, marginal. Os fatores constitutivos, geradores de “ações coletivas”, são: isolamento, percepção de injustiça, mudança de *status* social e falta de recursos primários (PARSONS, 1952).

1.4.2 O Retorno da Psicologia Social para Analisar os Comportamentos Coletivos: Turner e Killian

Turner e Killian (1957) e Smelser (1962) consideravam que o *approach* sociopolítico ignorava as formas elementares de comportamento político. Por isso, colocaram abaixo os vínculos entre política e estrutura. Baseados na teoria de Parsons (1952) resgataram vários componentes de natureza psicológica da Escola de Chicago ou da psicologia social de outros interacionistas simbólicos, principalmente Blumer (1939). Buscando formular uma teoria geral sobre os comportamentos coletivos alegaram que os movimentos sociais seriam uma das formas de expressão das ações coletivas.

Outras questões tratadas por essa corrente são: o controle e o poder nas orientações dos movimentos; os movimentos separatistas e a participação orientada, os líderes e seguidores e os produtos dos movimentos.

Turner e Killian (1957, p. 308) “definem um movimento como a ação de uma coletividade com alguma continuidade para promover a mudança ou resistência na sociedade ou no grupo do qual faz parte”. A questão da continuidade é um elemento-chave para distingui-lo de outros tipos de ação coletiva.

1.4.3 Smelser e a Teoria Estrutural-Funcionalista sobre os Movimentos Sociais

Segundo Smelser (1962, p. 2):

A teoria sobre os comportamentos coletivos não-convencionais tenta demonstrar como eles diferem dos comportamentos rotineiros. Eles teriam componentes irracionais e excepcionais e seriam respostas cognitivas inadequadas para as tensões estruturais que emergiram da modernização.

Para Smelser (1962), a terminologia “comportamento coletivo” inclui fenômenos como respostas ao pânico, ciclos da moda, desfiles e carreatas, *boom* financeiro, ressurgimento de religiões, explosões hostis e movimentos de valores orientados, incluindo revoluções políticas e religiosas, formação de seitas e movimentos nacionalistas.

Revisitando os conceitos de “comportamento de massas” de Ortega y Gasset (1987) e Brow (1954), de “dinâmica coletiva”, de Lang e Lang (1961) e o “critério físico/temporal e as características particulares da comunicação ou interação”, de Blumer (1951) de quem extrai muitos elementos para sua análise, Smelser (1962) elege o termo “comportamento coletivo” e as categorias “explosões coletivas” e “movimentos coletivos” para expressar o tipo de fenômeno social analisado como comportamento coletivo. As explosões coletivas referem-se a pânicos, loucuras, hostilidades e outras situações abruptas. Os movimentos coletivos referem-se aos esforços coletivos para modificar normas e valores, os quais, frequentemente, mas não sempre,

se desenvolvem por longos períodos. Pode-se observar que, para Smelser (1962), o universo dos comportamentos coletivos se refere a comportamentos não institucionalizados.

Smelser (1962) também tentou formular uma explicação global para os movimentos sociais, buscando nos comportamentos coletivos, os parâmetros para detectar processos de mudança social mais geral.

Entretanto, a preocupação fundamental de Smelser (1962) foi diagnosticar como se institucionalizam as ações sociais não estruturadas que se encontram sob tensões, ou seja, a busca da integração social, do controle social é uma meta dessa corrente.

Segundo uma abordagem funcionalista, Smelser vê no funcionamento do sistema social a resposta para o surgimento de novas crenças e indagações e elas interferem nos comportamentos coletivos.

1.5 Quinta Teoria sobre os Movimentos Sociais do Pós-Guerra Clássico: As Teorias Organizacionais-Comportamentalistas – Selznick, Gusfield e Messinger

Selznick (1952), Gusfield (1955) e Messinger (1955) foram os principais pesquisadores dessa corrente teórica que buscou na produção de Weber (1968; 1978) sobre a burocracia e na de Michells (1959) sobre a lei de ferro das dinastias, os fundamentos para entender os comportamentos coletivos agrupados em organizações com objetivos específicos. Gusfield (1955), ao analisar o movimento *American Temperance*, dividiu os movimentos em três categorias: de classe, de *status* e expressivos.

Assim, como a corrente da sociedade de massas, esse *approach* não criou nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais, mas abriu caminho para a geração da teoria que viria a ser um novo marco no paradigma norte-americano, a de Mobilização de Recursos.

2. TEORIAS CONTEMPORÂNEAS NORTE-AMERICANAS DA AÇÃO COLETIVA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

2.1 Teoria da Mobilização de Recursos: Olson, Zald e McCarthy

As transformações políticas ocorridas na sociedade norte-americana nos anos 60 levaram ao surgimento de uma nova corrente interpretativa sobre movimentos sociais, a chamada teoria da Mobilização de Recursos (MR). Ela começou por rejeitar a ênfase que o

paradigma tradicional dava aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos, assim como o *approach* eminentemente psicossocial dos clássicos, centrado nas condições de privação material e cultural dos indivíduos. A psicologia foi rejeitada como foco explicativo básico das ações coletivas, assim como todas as análises centradas no comportamento coletivo dos grupos sociais e a visão dos movimentos sociais como momentos de quebra das normas daqueles grupos. O papel das crenças compartilhadas e o da identidade pessoal, tratados pelo paradigma clássico foram rejeitados porque eram analisados sob o prisma do comportamento irracional das massas (visto como sinônimo de alta dose de patologia social).

As teorias das tensões estruturais, privações e descontentamentos eram para os criadores da MR, insuficientes para explicar os novos movimentos. A nova teoria enquadrava as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais, rejeitando, portanto, a ênfase anterior dada pelo paradigma clássico aos sentimentos, descontentamentos e quebras de normas, todos de origem pessoal.

[...] Em outras palavras, a MR emergiu de um esforço para analisar os movimentos sociais dos anos 60 e, como consequência, reflete suas condições de emergência, dinâmica, desenvolvimento e estrutura de organização, em contraste com as abordagens clássicas que procuravam explicar os movimentos de massa dos anos 20 e 30, os quais eram totalmente diferentes dos tipos de movimentos dos anos 60 (MAYHEW, 1996, p.182).

Durante duas décadas, a MR predominou na maioria dos estudos feitos sobre os movimentos sociais nos Estados Unidos. Ela se alterou ao longo desse período, incorporando temas e problemas que não estavam sendo contemplados, bem como críticas, mantendo sua base explicativa principal: os movimentos sociais são abordados como grupos de interesses. Enquanto tais são vistos como organizações e analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição.

A variável mais importante da MR, como o próprio nome indica é a dos recursos: humanos, financeiros e de infraestrutura variada. Os movimentos surgiram quando os recursos se tornassem viáveis. Posteriormente, essa asserção foi alterada: os movimentos surgiam quando se estruturavam oportunidades políticas para ações coletivas, assim como quando facilidades e líderes estavam em disponibilidade. Os movimentos também estruturaram o seu cotidiano, segundo o estoque de recursos que possuíam, sendo os principais os econômicos, humanos e de comunicação.

Os mandatários e seus adversários trocavam bens num mercado de barganhas, num processo em que todos os atores agiam racionalmente, segundo cálculos de custos e benefícios.

A ênfase toda era colocada numa visão exclusivamente economicista, baseada na lógica racional da interação entre os indivíduos, que buscavam atingir metas e objetivos e, em estratégias que avaliavam os custos e benefícios das ações. A base do modelo era a teoria do utilitarismo.

Olson (1965) estudou não movimentos sociais, mas grupos de interesses, observando que nos grupos compostos por muitos membros era mais fácil organizar os interesses coletivos do que nos pequenos, destacando o papel dos líderes organizadores daqueles interesses.

Utilizando-se de conceitos correntes nas análises das corporações econômicas, no mundo das organizações empresariais, desenvolvidos particularmente por Olson (1965) avaliavam os membros de um movimento como um grupo de interesse que, como tal, era consumidor de um mercado de bens. O modelo de compra e venda e competição por produtos também foi aplicado. Os líderes de um movimento eram considerados gerentes ou administradores de um grupo de interesse. Enquanto tal, os diferentes grupos sociais competiriam entre si para obter recursos para suas ações, assim como a desdão de suas clientelas e as atenções das agências governamentais. Eles competiriam, também, pela manipulação de imagens pela mídia, assim como por sua atenção.

Os movimentos que teriam sucesso seriam aqueles que possuíssem atributos de uma organização formal hierárquica. Seus líderes eram seus organizadores: profissionais com dedicação integral ao trabalho e capacidade para mobilização efetiva de suportes externos. Pode-se observar que os pioneiros da MR concebiam os movimentos sociais em termos de um setor de mercado, livre, em competição com outros grupos, num mercado aberto de grupos e ideias. Os movimentos competiam com outras organizações, não movimentos, para obter adeptos, recursos e no cálculo e execução de suas tarefas.

A mobilização das bases de um movimento era também analisada segundo a ótica econômica. Existiria um modelo de administração empresarial dos recursos disponíveis e as bases demandárias seriam um deles. As estratégias de mobilização de recursos financeiros junto às bases demandárias e os simpóizantes das causas em ação seriam cuidadosamente planejadas. O correio, a mala direta nos eventos e a utilização de uma rede de infraestrutura de apoio (escolas, igrejas, sindicatos e associações) seriam instrumentos básicos para viabilizar a mobilização. Em síntese, os movimentos não deveriam ser analisados apenas como se analisa uma organização empresarial. Eles seriam, por si só, indústrias econômicas.

McCarthy e Zald (1996) subdividiram os movimentos em duas grandes categorias: de consenso e de conflito. Os primeiros não produziram as mesmas mobilizações que os segundos, mas poderiam até obter mais sucesso, em face da sua maior possibilidade de aceitação pela sociedade e, conseqüentemente, de mobilização e apoio para a obtenção de recursos financeiros.

Apesar da MR priorizar a análise econômica em seus primeiros estudos, observou-se que a análise política está presente nas entrelinhas, porque o campo de surgimento dos novos movimentos sociais, a sociedade civil com suas associações autônomas, passou a ser valorizado por se tratar de um espaço pluralista, um canal de expressão. Deixou-se de ter a visão da sociedade civil como um pesadelo, o espaço da sociedade das massas irracionais que a abordagem tradicional descrevia. Os novos grupos e movimentos por serem dotados de racionalidade instrumental eram compatíveis com o jogo democrático e o reforçavam. Não representariam um perigo para a democracia, ao contrário, seriam um sinal de sua vitalidade. Mas, a MR não usava a categoria “sociedade civil”. Ela atinha-se ao campo das categorias funcionalistas: organizações, estruturas e instituições, não se libertando do funcionalismo que a primava (GOHN, 1997).

2.2 A Preocupação com as Causas das Mobilizações: Anthony Oberschall

A partir de uma abordagem eminentemente sociológica, o autor analisa a organização social da sociedade como resultado de adaptações às inovações tecnológicas, forças econômicas e mudanças populacionais; estuda, ainda, os esforços coletivos propositivos para formar ou alterar as instituições existentes em função das necessidades e aspirações humanas, concluindo que as reformas são realizadas devido às pressões dos movimentos sociais (OBERSCHALL, 1993).

3. TEORIAS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO: A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA – MR

3.1 Reformulação da Teoria da Mobilização de Recursos e a Busca de Novos Caminhos: A Ênfase no Processo Político, a Redescoberta da Cultura e da Psicologia Social

Já nos anos 70, a partir das críticas endereçadas ao utilitarismo e ao individualismo metodológico da MR, delineou-se uma nova etapa no paradigma norte-americano, destacando-se a busca de elementos conceituais que preenchessem as lacunas existentes devido ao enfoque exclusivamente econômico da MR, ampliando assim, seu campo explicativo. Disto, resultou que, enquanto a MR destacou os aspectos organizacionais, principalmente vinculados à lógica econômica que presidia às ações dos movimentos, tratados como uma organização formal, a segunda etapa destacou o desenvolvimento do processo político, o campo da cultura foi

reativado e a interpretação das ações coletivas foi enfocada como processo. Passou-se a enfatizar a estrutura das oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos demandatários e a aplicação da análise cultural na interpretação dos discursos dos atores dos movimentos sociais, a linguagem, as ideias, os símbolos, as ideologias e as práticas de resistência cultural. Tudo passou a ser visto como componente dos conflitos expressos nos discursos, enquanto veículos de significados sociais que configurariam as ações coletivas.

A teoria da mobilização política reintroduziu a psicologia social como instrumento para a compreensão dos comportamentos coletivos dos grupos sociais. Três elementos foram trabalhados: a reconceitualização da figura do ator; as microrrelações sociais face a face e a busca de especificação para os elementos gerados dentro de uma cultura sociopolítica, com determinados significados (GOHN, 1997).

Os descontentamentos, os valores e as ideologias foram resgatados por intermédio de um olhar que buscava entender a identidade coletiva dos grupos e a interação com sua cultura, ou seja, a MP aproximou-se das teorias europeias denominadas “Novos Movimentos Sociais”. Coehn e Arato (1992) já haviam afirmado que os dois *approachs*, MR e NMS, não eram necessariamente incompatíveis, porque, em parte, ambos contavam com características-chave da sociedade civil. Também Foweraker (1995) fez afirmações nesse mesmo sentido.

Todavia, a MP voltou-se para os estudos microssociais, enfatizando as regras de interação. Nesse sentido, seria importante registrar que Goffman (1959) foi o mais importante teórico empírico do movimento interacionista simbólico, desenvolvendo uma sociologia de vida cotidiana na qual procurava mostrar a natureza teatral da vida social. Tratava-se de uma sociologia para entender um mundo onde a vida era um drama, em que homens e mulheres lutavam para criar ou projetar uma imagem convincente do seu “eu” para outros.

As críticas básicas aos interacionistas foram quanto ao tratamento que deram a questões como objetividade e racionalidade, principalmente.

Mas não só a psicologia social foi acionada pela MP, por meio do resgate de outras teorias do paradigma clássico funcionalista. Progressivamente, teorias de outros paradigmas foram incorporadas, num esforço de articular explicações gerais, de nível macro, com ênfase em processos políticos e não no campo de interesses econômicos da MR e explicações do universo micro, e específicas, com ênfase na cultura e na política dos grupos e movimentos.

A política foi vista associada à cultura dos grupos organizados e movimentos que criavam espaços próprios, por meio de práticas culturais, incorporando suas ideologias e suas crenças (FANTASIA e HIRSCH, 1995). Alguns autores ampliaram o leque de contribuições de outros paradigmas, introduzindo, por exemplo, a perspectiva histórica, recuperada principalmente na linha de trabalho dos historiadores ingleses: E. Hobsbawm e G. Rudé (1969) e

E. P. Thompson (1981). A história nova reapareceu especialmente nos trabalhos de Charles Tilly (1994) e Morris (1984), sendo retomada a questão do processo de formação da consciência política, com a utilização de algumas observações de Gramsci (1979).

Estudos recentes da MP tenderam a enfatizar o papel da mídia, caracterizando-a como filtro ou espelho dos movimentos sociais. A rigor, esta questão não é nova. Turner (1969), já a havia trabalhado em um artigo denominado "The Public Perception of Protest". A novidade estava nos tipos de meios de comunicação enfatizados nos anos 90, incluindo o uso da informática nas redes da Internet e a utilização das teorias sobre as comunicações, principalmente, as de Habermas (1981).

Chamou-se a nova teoria de Mobilização Política e afirmou-se que se buscou referências em diferentes paradigmas analíticos das ações e movimentos sociais, constituindo uma teoria diferenciada dentro do paradigma norte-americano.

A nova teoria foi gerada a partir do debate de análises comparativas entre os paradigmas predominantes na análise das ações coletivas nas últimas três décadas, o da MR e o dos Novos Movimentos Sociais (GOHN, 1997). O paradigma da NMS sempre esteve fincado no primado da cultura sobre outros campos e dimensões da realidade social.

Em segundo lugar, a nova teoria buscou elementos junto a outro paradigma que, no passado, só foi lembrado em momentos muito específicos, quando se precisou reafirmar as próprias posições ou para negá-lo: o paradigma marxista. É interessante destacar que esse processo ocorreu justamente no momento de crise total e mundial do paradigma marxista, incluindo até a negação da validade de sua teoria, a partir da queda dos regimes políticos que o abraçaram em seus processos revolucionários. Portanto, a dimensão política, tanto no que se refere à conjuntura, como à estrutura, foi o grande elemento resgatado da abordagem marxista para a compreensão dos contextos em que atuavam os atores, como se mobilizavam e das estruturas de oportunidades políticas produzidas ou apropriadas pelos atores daquelas ações (GOHN, 1997). Mobilização e estrutura das oportunidades políticas passarão a ser as duas categorias chave e centrais. Destaque-se, entretanto, que os elementos pinçados do paradigma marxista foram codificados e utilizados de outra forma. As condições estruturais, vistas como oportunidades políticas foram analisadas pela MP de forma despolitizada, do ponto de vista dos interesses políticos, projetos e forças sociais envolvidas. Todos os atores eram competidores num mesmo cenário, sem que houvesse contradição de interesses, porque a análise não abordava a problemática das classes sociais (GOHN, 1997).

Em terceiro lugar, a teoria da MP, ao resgatar algumas premissas do paradigma tradicional da ação coletiva (como as reivindicações e privações culturais) e alguns postulados de análises marxistas (de que reivindicações são frutos de condições estruturais que criam as

privações) articulou esses resgates com a questão central da abordagem dos Novos Movimentos Sociais (a identidade coletiva), construindo novas explicações sobre como os membros de um movimento social pensavam sobre si próprios, como compartilhavam suas experiências e as reinterpretavam em contextos de interação grupal (GOHN, 1997).

Em quarto lugar, a nova teoria não abandonou várias das premissas da MR, entre elas a prioridade à análise estrutural.

As oportunidades políticas, os símbolos e códigos construídos no processo de mobilização foram vistos como recursos, instrumentos e meios para certos fins, num ambiente onde se tinham oportunidades e constrangimentos. Esse ambiente tinha força de configuração nos processos de litígios e contenções, ou seja, a questão da lógica na racionalidade dos atores na ação social não foi abandonada, mas inserida num campo de disputa com variáveis mais amplas do que as da pura racionalidade econômica, enfatizada anteriormente pela MR.

A ênfase na análise institucional e no papel das organizações e instituições junto aos movimentos sociais, também continuou, menos como organizações de movimentos e, mais como redes de articulações que suportavam e criavam as estruturas de oportunidades. Em síntese, o conjunto dos argumentos acima apresentados resultou em novos marcos referenciais teóricos (GOHN, 1997).

3.2 O debate da Mobilização de Recursos como o paradigma europeu dos Novos Movimentos Sociais na Construção da Mobilização Política

Cohen (1985) contribuiu para o debate porque, além das críticas à MR, mostrou as diferenças e as semelhanças entre esta abordagem e o paradigma europeu dos Novos Movimentos Sociais, abrindo caminho para a MR buscar naquela abordagem, formas para superar o economicismo e a visão racional estratégica predominante em seus primeiros estudos.

Seguindo a condição epistemológica na área das teorias dos movimentos sociais, Klandermans (1992) também elaborou um novo conceito, o de campo multiorganizacional, contribuindo para a MP ao enfatizar o aspecto do construtivismo social, ou seja, como se dá o processo de construção de significados sociais. Ele sugeriu que esse processo tinha três níveis, a saber: o discurso público, a comunicação persuasiva durante as mobilizações e o surgimento da própria consciência. Em relação ao primeiro nível, identificou em Gamson (1975), Melucci (1980) e McAdam (1982) as principais contribuições.

Assinala-se, ainda, que Klandermans (1992) estabeleceu uma importante distinção entre mobilização consensual, tentativa deliberada dos atores de criarem o consenso e

mobilização da ação, resultado da convergência, não-planejada, de significados nas redes sociais e nas subculturas (GOHN, 1997).

A MP seguiu os procedimentos mais tradicionais preconizados pelos interacionistas simbólicos: auto apresentação, análises dramatúrgicas e análises de discursos (grande de tace). A MP buscou ainda articular o universo micro ao macro. O ponto de vista construtivista estratégico foi usado na pesquisa na América. A MP utilizou-se de análises comparativas entre movimentos, relacionando suas agendas com a dinâmica interna e as infraestruturas existentes.

Existem três conceitos básicos na MP: Mobilização de estruturas, *frames* e oportunidades políticas. O primeiro foi absorvido da herança da MR, tendo sido caracterizado quando de seu estudo (GOHN, 1997).

3.3 *Frames de ações coletivas: o conceito recriado*

Recuperado de Goffman (1974) e Piaget (1954), o conceito de *frame* se referiu, naqueles autores, ao universo das estruturas psíquicas dos indivíduos, tendo sido definido como a orientação mental que organizava a percepção e a interpretação da realidade social. Tratava-se de um conceito que era visto sob a perspectiva cognitiva, na qual se dava importância à memória das experiências passadas.

O termo já tinha sido utilizado por Gamson, Fireman e Rytina (1982) quando trataram dos *frames* de injustiça social. Em 1988 Gamson retomou o conceito para analisar processos de criação de *frames* destacando em 1992, o conceito de três componentes que mobilizam as pessoas: injustiças, identidade e agenciamento. Um *frame* de injustiça referia-se à indignação moral expressa em forma de consciência política. O de identidade dizia respeito ao processo de definição do “nós” em oposição aos “eles” e o de agenciamento reportava-se ao processo de conscientização, sendo possível alterar as condições ou as políticas por meio da ação coletiva (GOHN, 1997).

Além disso, Snow e Benford (1988) conceituaram *frame* como um esquema interpretativo desenvolvido por coletividades para entender o mundo e o utilizaram para a identificação das estratégias pelas quais os ativistas de uma organização de movimentos sociais vincularam seus esquemas de interpretação à existência de outros *frames* na sociedade, espécie de marcos referenciais estratégicos e significativos. Identificaram três funções nos *frames* de ações coletivas: a demarcação, quando se chama a atenção para as injustiças sofridas por um grupo social; a definição, quando se explicam as causas e se propõem soluções às injustiças

sofridas e a articulação, quando se conectam as diversas experiências formando uma visão externa coerente.

Por outro lado, Snow e Benford (1988) ampliaram o conceito e passando para as *master frames*, os quais conectam as crenças e ideias de grupos de protesto à estrutura de oportunidades políticas surgidas da conjuntura sociopolítica em dado momento histórico. Os *master frames* foram vistos como os principais determinantes dos ciclos de protesto, nos quais surgiram os movimentos sociais.

O conceito de *frame* tinha conteúdos, estruturas e valores diferentes daqueles das ideologias formais, usuais. O mesmo diferia dos sistemas culturais mais amplos que orientavam o cotidiano, mas tinham o mesmo estatuto daqueles sistemas e desempenhavam o mesmo papel, na medida em que tinham uma natureza pública e orientada para a ação. Portanto, eram orientações e estratégias de mobilização utilizadas pelos ativistas de um movimento social. Os *frames* possuíam uma natureza dual: os indivíduos de um grupo eram orientados por eles, que davam e extraíam sentido dos eventos ocorridos fornecendo, também, instrumentais para a mobilização de outros indivíduos e para o planejamento de outros eventos. Assim, compartilhavam do conjunto de valores das organizações que davam origem aos movimentos sociais e os constituíram propriamente como organizações, ou seja, estando em consonância com as redes sociais que davam sustentação aos movimentos (JOHN, 1997).

O conceito de *frame* se referia, ainda:

A um esquema interpretativo que simplifica e condensa o mundo exterior por meio de postulamentos significativos e de objetos codificados, de situações, eventos, experiências e seqüências de ações dentro de um meio ambiente passado ou presente (SNOW, 1986, p. 137).

O conceito denotava uma atividade, um processo derivado de um fenômeno que implicava agenciamento e sua contenção no nível de construção da realidade. Era o produto dessa realidade, sendo criado e recriado sistemática e estrategicamente.

Com o conceito de *frame*, Snow (1986) iniciou uma articulação entre a ideologia do movimento e as questões da mentalidade e da cultura política.

4. CICLOS DE PROTESTOS E AS ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS –

S. DONEY TARROW

4.1 As Oportunidades Políticas na Abordagem de Tarrow

Com sua obra *Power in Movement* (1994), Tarrow realizou novos avanços para a teoria dos movimentos sociais. A antiga questão a respeito da criação dos movimentos foi assim respondida: movimentos são criados quando oportunidades políticas abrem-se para atores sociais que usualmente são carentes. Movimentos são produzidos quando “demonstram a existência de aliados e revelam a vulnerabilidade de seus oponentes” (TARROW, 1994, p. 22). As pessoas constroem as ações coletivas por meio de repertórios conhecidos, de disputas e pela criação de inovações ao redor de suas margens. Em suas bases há redes sociais e símbolos culturais por meio dos quais as relações sociais estão organizadas. Os quatro elementos: oportunidades políticas, repertórios, redes e marcos referenciais são os materiais básicos para a construção de um movimento social. As oportunidades políticas criam novas onças de movimentos sociais e são responsáveis por seus desdobramentos. A ideologia e as representações são vistas como complementares às oportunidades políticas, ou seja, a reocupação anterior com a organização e com as lideranças levou Tarrow (1994) a encontrar no cenário externo aos movimentos, a explicação para sua própria existência. Neste sentido, ele se aproximou de Melucci (1976) e do conceito de redes, antes negado por ele próprio, pois explica que uma população dispersa só se organiza em uma ação comum, em defesa de seus interesses, por meio do uso de seus conhecimentos, do uso de formas modulares de ações coletivas: quando isso ocorre as pessoas estão se mobilizando dentro de redes e em quadros culturais compartilhados. Sua ênfase nas redes se faz do ponto de vista morfológico dos grupos: como as pessoas estão organizadas, que valores compartilham e como se estabelece a confiança e a cooperação (GOHN, 1997).

O poder dos movimentos sociais deriva de um misto de recursos internos e externos; para os organizadores de um movimento terem sucesso dependem não apenas de uma organização, como afirmavam a MPP e outras teorias norte-americanas, mas das redes sociais que dão suporte ao movimento e das estruturas de mobilização que os ligam entre si. Dependem também, nas sociedades modernas, da mídia para se comunicar com seus aliados e inimigos e para inovar os repertórios que utilizam para atingir um público mais amplo. Porém, para que todo esse processo seja divulgado são necessárias oportunidades políticas favoráveis ou acessíveis e este aspecto é destacado por Tarrow (1994) como o mais importante. Quem cria tais oportunidades é o Estado moderno, gerando um meio ambiente favorável de incentivos e oportunidades para mobilizar e difundir as ações coletivas para movimentos ampliados. Portanto, os movimentos dependem do meio ambiente externo, afirma Tarrow (1994), especialmente das oportunidades políticas para coordenar e sustentar a ação coletiva e este é um ponto que diferencia Tarrow (1994) de Melucci (1976). Tarrow (1994) analisa as redes em

termos políticos, como geradoras de solidariedade, mas a análise institucional e o Estado têm prioridade em seus argumentos. Melucci (1976) trata as redes em termos psicossociais, como construtoras de identidades culturais que definem o autoconhecimento de um grupo. Para Tarrow (1994), os movimentos são menos produto do nível de mobilização e mais da vulnerabilidade política dos opositores, ou da receptividade das demandas no sistema político e econômico como um todo. Nesse sentido, conclui-se que os movimentos são como reféns do ambiente externo, tendo pouca capacidade para a mudança e a inovação.

Em 1996, Tarrow ampliou e esclareceu o conceito, dizendo que “as estruturas de oportunidades políticas são sinais para atores sociais ou políticos em orajam-se ou não, para o uso de seus recursos internos, a fim de formar movimentos sociais” (TARROW, 1996, p. 54).

Estruturas estatais criam oportunidades, mas é a partir da existência de oportunidades dentro da máquina do Estado que se pode ter acesso aos recursos que os atores sociais poderão utilizar para criar novos movimentos.

Pode-se resumir em três pontos-chave a abordagem metodológica para o estudo dos movimentos sociais: o estudo de sua natureza social, de sua dinâmica e de seus resultados.

O movimento deixa de ser apenas um instrumento organizacional e passa a ser também um tipo de intelectual coletivo, cuja mensagem é transmitida às massas por meio de um quadro de líderes intermediários. A relação entre líderes e seguidores deixa de ser um modelo bimodal, de uma vanguarda impondo consciência às massas. Gramsci (1972) viu a necessidade de múltiplos níveis de liderança e de iniciativa porque se deve construir um amplo consenso em torno das metas do partido e o consenso é tão importante quanto o conflito. Embora Tarrow (1996) acredite que os movimentos têm pouco poder cultural, ele os vê como um contrapoder à massificação da mídia. Por um lado, os movimentos podem formar opiniões que se opõem às opiniões difundidas pela mídia. Por outro, podem usar os recursos da mídia para mobilizar seus seguidores.

O autor afirma que Tarrow (1974) e Gramsci (1971) anteciparam a moderna teoria dos movimentos sociais em suas considerações sobre a política como um processo interativo entre trabalhadores, capitalistas e Estado. Aqueles autores teriam observado que não era prioritariamente nas fábricas, mas na interação com o Estado que o destino da classe trabalhadora poderia ser decidido.

Quanto ao segundo ponto metodológico, da dinâmica de um movimento social, Tarrow (1996) observou que no passado os movimentos eram restritos a grupos particulares e se manifestavam apenas em situações de conflito. Nos dias atuais, os processos de difusão e comunicação criaram redes associativas e o repertório das ações mudou. O estudo de sua

dinâmica levou aos conceitos de poder dos movimentos e ciclo de protestos. Trata-se de conceitos relacionados.

O poder do movimento tem uma dimensão interna, gerada por sua capacidade de mobilizar pessoas e manter o controle sobre elas, garantindo o grupo de seguidores; externamente os movimentos são afetados pelas mesmas oportunidades políticas que eles criaram e nas quais difundem suas influências também produzem outras oportunidades, complementares e hostis às suas ações. Podem ser criados ciclos de protestos, gerando um processo de criação e difusão de movimentos onde eles próprios poderão ter sucesso ou não. Nos ciclos de protestos novas oportunidades são criadas por meio de incentivos à formação de novos movimentos; novas alianças são feitas, pois a difusão não ocorre apenas pelo contágio. É importante destacar que as oportunidades são criadas para os movimentos e para as elites opositoras a eles. Novas formas de ação coletiva são experimentadas e um denso e interativo setor de movimentos sociais aparece, onde as organizações competem e cooperam, para ter todo tipo de suportes, podendo gerar radicalizações, excessos, divisões e fragmentações e mesmo represálias e repressões (TARROW 1994, p. 24).

No extremo deste espectro, ciclos de movimentos podem não gerar revoluções. Quanto aos resultados, terceiro e último ponto do esquema metodológico, Tarrow (1994) afirma que as decisões são tomadas nas redes sociais em resposta às oportunidades políticas. Nessas decisões as coordenações dos movimentos têm grande importância. Mas essas lideranças agem em consonância com a dinâmica interna do grupo e com os marcos gerais da rede que os mobiliza. Isso significa que a confiança e a cooperação interna e externa são geradas por uma partilha de entendimentos (aqui tratados como compreensão comum dos processos em curso e a forma de atuar sobre eles) e significados comuns desses entendimentos. Para sistematizar essa análise, Tarrow (1994) utilizou a categoria *frames*, ou seja, aqueles marcos referenciais estratégicos compostos de significados compartilhados.

Para Tarrow (1994), o estudo dos movimentos sociais tem caráter específico, complexo e histórico, porque as forças sociais de uma nação estão em contínuo movimento. Assim, o estudo de movimentos específicos demonstrará os repertórios utilizados e suas mudanças. Apoiando-se nos trabalhos de Kelly (1975), Tarrow (1994) destacou que os repertórios são em si mesmos, grande fonte de dados e análises, pois registram as demandas e interpretações de um certo tempo histórico, pois nunca mudam completamente. Há sempre uma simbiose entre o antigo e os novos significados. A ideia e a prática dos movimentos podem ser espalhados pelo mundo por meio do esforço de um exército de militantes, criando ciclos de movimentos específicos.

Em resumo, oportunidades, repertórios, redes e marcos é o material básico para a construção do movimento.

5. CRÍTICAS À TEORIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Conclui-se que a abordagem da Mobilização Política representa um avanço em relação a todas as outras teorias já produzidas pelo paradigma norte-americano, porquanto introduziu a política, localizando as ações nas estruturas macrosociais. Todavia, está ainda muito presa ao modelo da racionalidade instrumental. As pessoas, os grupos e os movimentos agem segundo estímulos e estruturas de oportunidades externas, usando sua racionalidade para escolher as melhores oportunidades políticas. Ao mesmo tempo em que há um grau de liberdade e de possibilidade de criação de fatos novos e da própria mudança social, a ação é vista de forma determinista, há também, uma lógica sistêmica que ignora os projetos político-ideológicos dos diferentes grupos sociais e sua situação no processo de produção dos bens sociais, econômicos e simbólico-culturais da sociedade.

Os símbolos culturais não são automaticamente símbolos mobilizadores e que necessitam de agências criativas que os transformem em *frames*, marcos referenciais significativos (TARROW, 1995, p. 133).

Entretanto, Tarrow (1994) não avança na explicação de como esse processo ocorre por adotar uma concepção restrita da problemática da cultura política e dos projetos político-ideológicos dos grupos. Outra dificuldade desse autor relaciona-se à generalização do conceito de movimento social, tratando as greves, as ações coletivas, as demonstrações e protestos, tudo como movimento social. Mas, sem dúvida alguma, Tarrow é o autor que mais avança nas análises e o único que dá prioridade ao político em termos de luta política, dizendo que os movimentos precisam de agências de reconhecimento, mas não vendo os movimentos em si mesmos como força política.

A sociedade civil é usualmente ignorada pela Mobilização Política, existindo inclusive uma rejeição às teses que veem ou analisam os movimentos como campo de desenvolvimento desta sociedade civil, dentro de processos de constituição de novas identidades sociais (TILLY, McADAM, TARROW, 1996). O estudo dos movimentos sociais vinculados aos processos de mudança social também são, de maneira geral, rejeitados e de forma bem explícita por alguns autores como Kriese (1988), pelo fato de enfatizarem apenas as condições estruturais que são vistas como processos mais amplos. O estudo dos movimentos fica reduzido ao estudo de tentativas defensivas de grupos na defesa de posições preestabelecidas de poder, defensivas ou ofensivas, posições que não estão estabelecidas em procedimentos institucionalizados pelo sistema dominante (KRIESE, 1988). Essas posições têm levado alguns analistas a deslocar o

vocabulário anterior da Mobilização de Recursos de Organizações de Movimentos Sociais (OMS) para Infraestrutura de Movimentos Sociais (IMS). Os próprios termos já denotam as concepções envolvidas na abordagem.

O conceito de oportunidades políticas é insuficiente não apenas pelos argumentos apontados por Goodwin (1996), porque não realiza, de fato, uma análise política dos movimentos, de suas relações e estruturas de poder e força social envolvidos em suas redes articulatórias e os diferentes interesses sociopolíticos e econômico-culturais envolvidos. Em vez disso, a Mobilização Política fundamenta seus conceitos mais na psicologia social. O conceito de oportunidade política assemelha-se a uma busca de causa/efeito descontextualizados. Se Marx (1972) afirmou que por meio da práxis os homens fazem a história em determinada condição, a teoria da Mobilização Política trabalha apenas com a busca das “determinadas condições”. A práxis dos homens não é investigada, apenas são buscadas as condições que determinam a emergência de um dado movimento. O porquê daquela ação em si mesma não é investigada. Há uma inversão, porquanto, as condições passam a determinar ou influenciar as ações e não estas a serem influenciadas pelas condições. Outro ponto é que o olhar das oportunidades políticas está muito dirigido para as condições externas ao movimento, quando se deve olhar também para as condições internas, pois aí podemos encontrar elementos explicativos sobre como as divergências contribuem para o avanço ou o retrocesso do movimento.

Finalmente, a teoria da Mobilização Política faz uma análise parcial em termos de processo político. As oportunidades políticas poderão ser uma das estratégias dentro desse grande cenário e não “a estratégia”, desde que sejam redefinidas para incluir todos os atores e não apenas parte deles (GOHN, 1997).

6. OS PARADIGMAS EUROPEUS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Na Europa existiu-se duas grandes linhas de abordagens: a culturalista-acionalista, conhecida como a dos Novos Movimentos Sociais e a neomarxista.

As correntes dos Novos Movimentos Sociais destacam-se três linhas: a histórico-política de Claus Offe (1985), a psicossocial de Alberto Melucci (1980), Laclau e Mouffe (1985) e a acionalista de Alain Touraine (1985). Alguns analistas agrupam os trabalhos de Castells (1983), Touraine, Laclau e Offe sob o rótulo de neomarxistas.

De forma geral, quando se fala em movimentos sociais a partir dos anos 70, a teoria que vem à mente é a dos Novos Movimentos Sociais, porque foi construída a partir da crítica à abordagem clássica marxista e graças à ela desenvolveu-se um intenso debate com o paradigma acionalista norte-americano.

Apesar de ter influenciado vários trabalhos na América Latina, essa teoria não teve hegemonia nas diretrizes teóricas dos trabalhos lá desenvolvidos, dividindo o espaço com as teorias neomarxistas.

7. O PARADIGMA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

7.1 *Características Gerais*

Nos Novos Movimentos Sociais (NMS), a identidade é parte constitutiva da formação dos movimentos que crescem em função da defesa dessa identidade, referindo-se à definição dos membros, fronteiras e ações do grupo. Jean Cohen (1992), ao estudar a questão da identidade coletiva introduziu uma distinção entre identidade orientada e estratégica orientada para que se pudesse entender por que os movimentos sociais se movem. Isso porque, segundo a autora, sem um entendimento do processo que dá conteúdo a essa identidade, não se identifica as paixões que motivam os diferentes atores sociais.

Foweraker (1995) afirma que o paradigma dos Novos Movimentos Sociais é definido a partir da identidade coletiva. Só que essa centralidade deixa de lado a categoria do “novo” que nomeia o paradigma. Todavia, Melucci (1996, p. 5) afirma que “o ‘novo’ nos Novos Movimentos Sociais é ainda uma questão aberta”. Ainda segundo Foweraker (1995, p. 40):

Uma das principais afirmações da tese dos Novos Movimentos Sociais é que eles são novos porque não têm uma clara base classista, como nos velhos movimentos operários ou camponeses e porque não têm um interesse especial de apelo para nenhum daqueles grupos. São de interesses difusos.

Assies, Burgwal e Salman (1990) observam que o “novo” se refere a muitas coisas. Na Europa se contrapõe ao “antigo” movimento da classe trabalhadora; na América Latina se refere aos movimentos que não se encaixam com os esquemas da política populista, do jogo de favores e relações clientelistas. Em ambos os casos o que há de novo, realmente, é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas.

Na realidade, a melhor contraposição entre o novo e o velho foi feita por Offe (1985). Pesquisadores europeus e americanos demonstraram que movimentos de jovens, de mulheres (sufregistas), pela paz, de estudantes e religiosos já haviam ocorrido no início do século (LARAÑA, JOHNSON e GUSFIELD, 1994). Tais autores sustentaram que:

Uma das contribuições da abordagem contemporânea dos Novos Movimentos Sociais foi ter chamado a atenção para o significado das mudanças morfológicas na estrutura e na ação dos movimentos, relacionando-as com transformações estruturais na sociedade como um todo. As mudanças são, portanto, o resultado dos movimentos. Mas o conceito de NMS seria difícil de elaborar porque trata-se mais de uma forma de abordagem do que de uma teoria propriamente dita (LARAÑA, JOHNSTON e GUSFIELD, 1994, p. 6).

Cohen também atribuiu o novo existente naqueles movimentos pelo fato de que seus “atores podem tomar consciência de sua capacidade para criar identidades e relações de poder envolvidas nesta construção social” (1985, p. 694).

Os Novos Movimentos recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em assegurar direitos sociais existentes ou a serem adquiridos para suas clientelas, usando a mídia e as atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil.

Mouffe (1988) afirma que a novidade dos Novos Movimentos na Europa deriva de novas formas de subordinação ao capitalismo tardio: a banalização da vida social ou a expansão das relações capitalistas na cultura, no lazer e na sexualidade; a burocratização da sociedade e a massificação ou homogeneização da vida social pela poderosa invasão dos meios de comunicação de massa. Laclau e Mouffe (1985), analisam os Novos Movimentos Sociais segundo as posições discursivas que constroem na sociedade, criando identidades sociais e políticas.

A mudança do eixo das demandas da economia para um patamar mais cultural refletiu-se na organização dos Novos Movimentos Sociais, fazendo com que se apresentassem mais descentralizados, sem hierarquias internas, com estruturas colegiadas, mais participativas, abertos, espontâneos e fluidos. As lideranças continuam a ter importante papel no esquema de análise dos Novos Movimentos Sociais, sendo apreendidas atuando em grupos e formando correntes de opiniões. Não há lugar nessa estrutura para os velhos líderes oligárquicos, que se destacavam por sua oratória, por seu carisma e poder sobre seus liderados. Disso resulta que os movimentos passaram a atuar mais como redes de troca de informações e cooperação em eventos e campanhas. Entretanto, há também conflitos entre eles, internos e externos e esse aspecto na teoria dos Novos Movimentos Sociais é visto como parte do processo de construção da identidade.

Laraña, Johnston e Gusfield (1994, p. 7-8) apresentam oito interessantes características básicas dos Novos Movimentos Sociais. São elas:

- Não há clara definição do papel estrutural dos participantes. Há uma tendência para a base social dos NMS, transcender a estrutura de classes;
- As características ideológicas dos NMS apresentam nítido contraste com os movimentos da classe trabalhadora e com a concepção marxista de ideologia, como elemento unificador e totalizador da ação. Os NMS envolvem uma pluralidade de ideias e valores e têm tendências a orientações pragmáticas e para a busca de reformas institucionais que ampliem o sistema de participação de seus membros no processo de tomada de decisões;
- Os NMS envolvem a emergência de novas dimensões da identidade;
- A relação entre o individual e o coletivo é obscurecida;
- Os NMS envolvem aspectos pessoais e íntimos da vida humana;
- Há o uso de táticas radicais de mobilização de ruptura e resistência que diferem fundamentalmente das utilizadas pela classe trabalhadora, como a não violência e a desobediência civil;
- A organização e a proliferação dos NMS estão relacionados com a crise de credibilidade dos canais convencionais de participação nas democracias ocidentais;
- Os NMS organizam-se de forma difusa, segmentada e descentralizada, ao contrário dos partidos de massa tradicionais, centralizados e burocratizados.

A leitura apresentada pelos vários analistas citados nos leva a observar que a teoria dos Novos Movimentos Sociais refere-se mais a categorias empíricas, que dizem respeito a novas formas de manifestação coletiva e a um tipo de abordagem vinculado do esquema clássico marxista, estrutural e determinista. Os Novos Movimentos Sociais caracterizam-se pelo estudo de movimentos sociais num *approach* mais construtivista, tomando como base movimentos diferentes dos estudados pelo paradigma clássico marxista, pois detiveram-se no estudo dos movimentos de estudantes, de mulheres, *gays*, lésbicas e em todo o universo das questões de gênero, das minorias raciais e culturais. Há novidades na práxis histórica dos movimentos, mas as categorias utilizadas para explicar essas novas formas de processo social não estão claras, porque não partem das novidades em si mesmas, mas de seus resultados, sendo a identidade coletiva sua expressão máxima.

A teoria dos Novos Movimentos Sociais usou o clássico binômio causa-efeito, sem entrar no mérito do conjunto de processos que configuraram os movimentos como tais. Da política se extraiu a questão da ideologia, tomada como conjunto de representações que configuraram uma visão do mundo, mas o caráter dessas representações coletivas, como parte

de projetos políticos mais abrangentes, não foi tratado, ou seja, são análises de conteúdo em que há recortes de certos aspectos da realidade que poderão não ter correspondência com formas empíricas num certo momento histórico. Os códigos culturais são, ao nosso ver, produtos, extensões do fenômeno movimento social, que é um processo de articulação de ações coletivas. A identidade coletiva é outro produto, outro resultado de processo.

7.2 As Matrizes Teóricas dos Novos Movimentos Sociais: Weber, Marx, Habermas, Foucault, Guattari e Goffman

Nessa breve revisão de algumas matrizes referenciais básicas que sustentam as formulações teóricas dos Novos Movimentos Sociais observa-se que as similitudes se encontram mais na composição, no arranjo e na disposição das categorias explicativas do que na criação de novos instrumentos conceituais (Weber, 1968/1978; Marx, 1976; Habermas, 1981; Foucault, 1981; Guattari, 1986; Goffman, 1974). A rigor, as categorias teóricas e as diferenças demarcadas são as mesmas que marcaram o debate intelectual desde o século XVIII. Ao mesmo tempo, essas diferenças trouxeram, também, várias novidades não apenas no plano teórico, mas na prática. A principal diz respeito à forma de fazer política, basicamente a partir da sociedade civil e, não apenas, a política oficial, estatal, de luta pelas estruturas do Estado (GOHN, 1997).

7.3 A Corrente Alemã: Claus Offe e a Abordagem Neomarxista

Os valores básicos defendidos são autonomia pessoal e identidade, em oposição a formas de controle centralizadas. Os modos de atuar são, internamente, predominância de informalidade, espontaneidade, baixo grau de diferenciação horizontal e vertical. O uso de métodos não-convencionais ocorre não por desconhecimento das formas convencionais, mas por negá-las ou por conhecer suas limitações (GOHN, 1997).

Assim, para Offe (1988) os movimentos sociais são elementos novos dentro de uma nova ordem que está se criando. Eles reivindicam seu reconhecimento como interlocutores válidos, atuando na esfera pública e privada. Objetivam a interferência em políticas do Estado e em hábitos e valores da sociedade, articulando-se em torno de objetivos concretos. O que é novo é o paradigma da ação que tem caráter eminentemente político. Os valores defendidos pelos movimentos em si não contêm nada de novo, pois eles se referem aos:

Princípios e exigências morais acerca da dignidade e da autonomia da pessoa, da integridade das condições físicas da vida, de igualdade e participação e de

formas pacíficas e solidárias de organização social. Todos estes valores e normas morais propugnados pelos mantenedores do novo paradigma político estão firmemente enraizados na filosofia política (assim como nas teorias estéticas) moderna dos últimos séculos e foram herdados dos movimentos progressistas tanto da burguesia como da classe operária (OFFE, 1988, p. 213).

O autor concluiu que os movimentos não são nem pós-modernos (no sentido de assumir novos valores que não tenham sido defendidos pela sociedade mais ampla), nem pré-modernos (resíduos de um passado idílico e irracional).

8. O PARADIGMA MARXISTA NA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

8.1 *As Abordagens Clássicas e a Neomarxista*

A análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural.

Outra distorção frequente é a generalização do paradigma em uma só teoria, sem distinção de abordagens ortodoxas e não ortodoxas, mesmo no estudo da classe operária.

Sabe-se que o paradigma marxista clássico tem duas grandes correntes: uma ligada ao jovem Marx e a seus estudos sobre a consciência, a alienação e a ideologia, criando uma tradição histórica humanista que teve continuidade nos trabalhos de Rosa Luxemburgo (1976), Gramsci (1971), Lukács (1960) e da Escola de Frankfurt após a Segunda Guerra Mundial e, a outra corrente decorre dos trabalhos do Marx “maduro”, após 1850 e seus estudos sobre o desenvolvimento do capital, em que os conceitos básicos serão formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura ideológica, determinação em última instância e mais valia. Esta última corrente privilegiou os fatores econômicos e macroestruturais da sociedade. O conflito entre capital e trabalho gerou a luta de classes, principal motor da história. A classe operária industrial teve primazia no processo de luta social e o movimento operário desempenhou o papel de vanguarda nas transformações sociais. Marx, junto com o partido político e com intelectuais orgânicos, a classe operária teria uma missão na história: transformar a sociedade das desigualdades sociais em outra, sem opressão ou oprimidos. O privilégio dado à classe operária se explicaria pelo papel que ela ocupa no processo de produção, arena central do processo de conflito social e pelas contradições sociais do próprio sistema capitalista naquele processo, as quais foram rejeitadas tanto por teóricos não marxistas, como por marxistas. Entre estes últimos estão Manuel Castells (1983), Jean Lojkin (1981), Claus Offe (1988), Laclau

(1980) e a corrente dos historiadores liderada por Hobsbawm (1982), E. P. Thompson (1987) e G. Rudé (1982), os quais constituíram a corrente de estudo sobre os movimentos sociais na Europa sobre o paradigma denominado neomarxista. A abordagem dos fatores políticos tem centralidade e a política passou a ser enfocada do ponto de vista de uma cultura política, resultante das inovações democráticas, relacionadas com as experiências dos movimentos sociais e têm papel tão relevante quanto a economia no desenvolvimento dos processos sociais históricos (JOHN, 1997).

Duas grandes referências fundamentaram essa releitura: a teoria da alienação, desenvolvida por Lucács (1960) e pela Escola de Frankfurt e a de Gramsci (1979) sobre a hegemonia. A primeira aborda a alienação:

Em termos de dominação dos sujeitos por forças cegas que impedem o pleno desenvolvimento de suas capacidades humanas é a emancipação como a libertação das garras destas forças cegas, sejam elas “forças da natureza” ou advindas da organização da sociedade. (ASSIES; BURGWAL; SALMAN, 1990, p. 24).

Entretanto, deve-se reconhecer que o marxismo, aplicado ao estudo dos movimentos sociais operários e não operários, não é apenas uma teoria explicativa, mas também, uma teoria orientadora para os próprios movimentos. Nesse, muitas vezes suas análises se assemelham a um guia de ação, porque estão voltadas não apenas para o entendimento analítico dos problemas envolvidos, mas refletem a prática que se tornara práxis histórica.

O que é destacado nos estudos marxistas contemporâneos é que os movimentos não surgem espontaneamente. O que gera os movimentos sociais são organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos.

8.2 Os Fundamentos dos Clássicos

8.2.1 Marx e os Movimentos Sociais

O termo práxis vem da antiguidade. Na obra de Marx, ele está presente como elemento fundamental da transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens. A práxis significativa refere-se à práxis transformadora do social, que se realiza em conexão com a atividade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política. No campo da produção teórica, o conceito de práxis é fundamental no marxismo, como articulador da teoria à

prática. A práxis teórica é aquela que possibilita a crítica, a interpretação e a elaboração de projetos de transformação significativos. A práxis como fruto da atividade produtiva é a mais importante no mundo social, tendo como base fundamental o mundo do trabalho. A práxis política surge como articulação entre a práxis teórica e a práxis produtiva, propriamente dita, mediada pelas condições estruturais de desenvolvimento do processo social (GOHN, 1997).

Scherer-Warren (1987) num dos raros textos existentes sobre a contribuição de Marx para a análise dos movimentos sociais, observou que o referido autor propôs um projeto de transformação radical da estrutura social sugerindo, ainda, uma práxis revolucionária das classes exploradas. Entretanto, para a realização dessa práxis, seria necessária a formação da consciência de classe e de uma ideologia autônoma de forma organizada.

Na *“Miséria da filosofia”*, Marx (1976) ressalta que o movimento social exclui o movimento político, pois, segundo ele, não haverá movimento político sem movimento social.

Marx defende ainda o ponto de vista de que todas as formas de luta, experiências embrionárias e particulares de organização sindical devem ser recuperadas como as greves, ligas e uniões, precisamente pelo sentido geral de conteúdo político e revolucionário que indicam, não no futuro abstrato, mas no presente histórico de seu desenvolvimento, o processo único, vivo e complexo.

8.2.2 A Contribuição de Rosa Luxemburgo para as Teorias dos Movimentos Sociais

Grande parte das abordagens que exaltaram a participação das massas por meio dos movimentos sociais, no processo de construção de uma nova realidade social, tem suas origens nos fundamentos teórico-filosóficos de Rosa Luxemburgo, nos quais os seguintes pontos são destacados:

- A espontaneidade das massas e suas iniciativas criadoras;
- A possibilidade de vencer etapas do desenvolvimento do capitalismo pelo desenvolvimento gradual de suas contradições;
- A revolução é vista como um processo relativo à consciência dos homens; é o produto de suas experiências, surge em função delas e atua como sua força integradora; age em defesa e transmutação dessas mesmas experiências;

Fiel ao marxismo humanista e libertário, Rosa acreditava no idealismo das massas. (CASTRO, 1961).

Ainda, segundo Castro (1961), na concepção marxista do mundo de Rosa Luxemburgo não há lugar para hegemonias, tutelas, ditaduras e burocracias, pois, ao contrário, há lugares para as lutas para democracia, liberdade, respeito às opiniões, como elementos inseparáveis do processo socialista.

8.2.3 Trotsky e as Forças Sociais e Mao Tsé-tung e a Prática Social

A contribuição de Trotsky para uma teoria sobre os movimentos sociais deve ser recuperada a partir de duas noções-chave: a revolução permanente e o sistema de correlação de forças de uma sociedade.

A vitória é uma tarefa tática. É necessário utilizar as condições favoráveis de uma crise revolucionária para mobilizar as massas, tornando como ponto de partida o nível dado de sua 'maturidade', sendo necessário empurrá-las adiante, ensiná-las a dar-se conta de que o inimigo não é de maneira nenhuma onipotente, de que está carregado de contradições, de que por trás de sua fachada onipotente reina o pânico (TROTSKY, 1953).

A contribuição de Mao Tsé-tung (1954) para uma teoria sobre os movimentos sociais advém de seus trabalhos teóricos sobre as categorias das contradições e da prática social. Para Mao, a prática social dos homens não se limita às atividades de produção, envolvendo várias outras formas, tais como: lutas de classes e vida política. A prática social é, também, para o autor, o ponto de partida para o conhecimento humano. A teoria depende da prática e esta, por sua vez, serve à teoria. A verdade de um conhecimento ou de uma teoria está determinada não por uma apreciação subjetiva, mas pelos resultados objetivos da prática social. A prática une o conhecimento sensível ao conhecimento racional.

A ênfase na importância da prática dos indivíduos, como ponto de partida para o conhecimento transformado (uma central também em Marx) será um dos fundamentos básicos da importância da participação cotidiana nos movimentos sociais, particularmente, os de caráter popular.

Observa-se que a contribuição de Mao acentua a importância da prática direta, pois o autor acentua, também, a etapa de reflexão, de elaboração, de produção de um conhecimento sobre aquela prática, lembrando que a filosofia marxista considera que o essencial não é só compreender as leis do mundo objetivo para estar em condição de explicá-lo, mas utilizar o conhecimento dessas leis para transformá-lo.

8.2.4 Gramsci: A Hegemonia Popular

Trata-se da problemática da construção da hegemonia popular ou contra-hegemonia à classe dominante.

Gramsci é o autor que mais contribuiu para as análises das lutas e movimentos populares urbanos realizadas na América Latina, nos anos 70 e início dos 80. Entre os clássicos do marxismo é o autor que fez a ponte possível para a compreensão da realidade: a articulação entre as análises estruturais e as conjunturais, resgatando a política e as conjunturas específicas e abrindo caminhos para se fugir das análises mecanicistas e deterministas da história.

Uma das principais questões debatidas no trabalho de Gramsci pelos analistas que se utilizaram de seu referencial diz respeito à autonomia do movimento popular em relação ao Estado (GRAMSCI, 1971).

9. ANÁLISES CONTEMPORÂNEAS NEOMARXISTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

9.1 *Castells e os Movimentos Sociais Urbanos*

Segundo Castells (1974) o estudo dos movimentos sociais urbanos implica na captação dos movimentos e suas perspectivas de estrutura interna, suas contradições, seus limites e possibilidades, suas relações com a cidade e com o Estado.

O método de abordagem mais eficaz para o estudo dos Movimentos Sociais Urbanos seria, para Castells, a partir de sua observação concreta, registrar a forma pela qual se desenvolvem e as ações e organizações que integram. Isto feito dever-se-ia partir para uma nova etapa e relacionar o observado anteriormente com: as contradições estruturais do capitalismo; a expressão estrutural do movimento urbano e o processo político mais geral do país nos últimos anos.

Ao desenvolver a metodologia estar-se-ia relacionando o movimento social com a problemática econômica e política do capitalismo, assim como relacionando-o, também, com a crise urbana, porque o crescimento e o desenvolvimento dos Movimentos Sociais Urbanos decorrem de seu enraizamento na evolução contraditória dos elementos que configuram a sociedade capitalista, ou seja, o capital monopolista e suas tendências à crise, a luta do capital monopolista em defesa de seus interesses e a luta política de classe e o Estado.

A problemática dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU) situava-se, para Castells, num plano duplo, a saber: de um lado, na análise dos processos sociais de mudança e dos modos de consumo coletivo e, de outro, nas articulações entre as novas contradições sociais que emergem

na sociedade capitalista e as contradições econômicas e políticas que se encontram na base da estrutura social.

Nesse cenário, o autor viu os movimentos sociais como uma forma de resistência distinguindo três tipos básicos de protestos urbanos: sindicais, ao redor de questões de consumo coletivo, tais como infraestrutura urbana ou questões relativas ao uso da terra, comunitários, que buscam identidade cultural e objetivam a criação ou manutenção da autonomia de culturas locais, baseados etnicamente ou originadas historicamente e os movimentos de cidadãos que objetivam um aumento de poder local, descentralização das áreas de vizinhança e auto-administração urbana.

Os movimentos urbanos passaram a ser definidos como práticas coletivas conscientes, originárias de problemas urbanos, capazes de produzir mudanças qualitativas no sistema urbano, na cultura local e nas instituições políticas, em contradição com os interesses sociais dominantes institucionalizados (CASTELLS, 1983, p. 278).

Posteriormente, Castells reafirmou as alterações da proposta inicial: os movimentos sociais não são agentes de transformação social, possuindo limites políticos e técnicos. Estão sujeitos ao jogo do clientelismo político, em busca de demandas imediatas. Estão mais sob o fluxo da lógica política e são tolerados pelas instituições.

As reformas não ocorrem sem pressões. Sem movimentos, não há condições para uma reforma urbana democrática, porque não há como detectar as reais necessidades. Essa reforma requer instrumentos políticos e técnicos. Portanto, os movimentos seriam os agentes formuladores das mudanças a serem implementadas pelo Estado por meio de instrumentos institucionalizadores (CASTELLS, 1985).

O autor ressaltou, também, a interdependência entre movimentos e Estado. Se não há mudança sem a pressão dos movimentos, não há também, possibilidade de sobrevivência dos movimentos sem os instrumentos técnicos institucionais.

Salientou, inclusive, o grande elemento responsável pela coesão social, tendo a capacidade de regular as relações políticas de classe, desempenhando um papel de árbitro, conforme destacou Lojane (1981, p. 310) ao criticá-lo:

O movimento social é então definido por sua exterioridade ao poder do Estado, seu grau de 'pureza' consistindo na sua capacidade de emergir 'fora' da cena política e das organizações partidárias.

A planificação urbana seria o grande instrumento gerador de mudanças sociais por meio de estratégias de dominação, integração ou regulação das contradições existentes, em

políticas públicas ou pela institucionalização das demandas via órgãos disciplinares. Nesse sentido, suas análises se aproximam bastante das norte-americanas, na corrente técnica da Mobilização Política.

Nos anos 90, Castells (1996a) retomou os estudos sobre os movimentos sociais, trabalhando com análises comparativas, realizando em Berkeley, Universidade em que se estabeleceu nos anos 90, uma pesquisa sobre os Chiapas, no México. Sabe-se que Chiapas despertou interesse internacional pela forma básica de se comunicar, por meio da Internet. Rich e Los Reys (1996), entre outros, também dedicaram-se ao estudo desse movimento.

10. AS ABORDAGENS HISTÓRICAS CONTEMPORÂNEAS NA PERSPECTIVA MARXISTA: ERIC HOBBSBAWM E AS ERAS DOS MOVIMENTOS

Eric Hobsbawm (1982) através dos seus estudos históricos teve sempre a preocupação de recuperar as condições concretas de vida das classes trabalhadoras, suas lutas, movimentos e projetos. *A Era do Capital*, um dos mais conhecidos textos de Hobsbawm, apresenta uma série de contribuições para a construção da categoria movimento social, assim como, subsídios para a compreensão de como abordá-la, do ponto de vista metodológico.

Hobsbawm (1982) demarca uma diferença fundamental nos estudos dos movimentos sociais ao distinguir os movimentos revolucionários dos reformistas. Segundo ele, estes últimos aceitam a estrutura geral de uma instituição ou de um sistema social ou a consideram capaz de aperfeiçoamento ou de reformas onde os abusos se manifestaram; os revolucionários insistem que ela deve ser transformada fundamentalmente ou, então, substituída.

Na década de 90 Hobsbawm (1995) publicou *A Era dos Extremos* tratando, nesse livro, das mudanças econômicas e culturais no mundo contemporâneo, destacando o declínio do movimento operário após 1960 e o surgimento de novas forças sociais, entre elas os partidos verdes e os novos movimentos sociais que reivindicavam um novo lugar na esquerda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a ótica das Ciências Sociais, os movimentos sociais são vistos como estudos sociais que apresentam o propósito de analisá-los, no âmbito da ação coletiva. Surgiram como objeto de estudo simultaneamente com o advento da própria sociologia.

No século XX, a temática passou a ser vista no universo dos processos de interação social, dentro da “teoria do conflito e da mudança social” (BOTTOMORE, 1976). Foi denominada abordagem clássica.

As doutrinas do interacionismo simbólico norte-americano viram nos movimentos sociais um fator de disfunção da ordem. Essas doutrinas se preocuparam com o entendimento do que seriam os grupos sociais. Blumer (1951) foi o primeiro a utilizar o termo movimento social na teoria norte-americana, elaborando uma teorização que dividiu os movimentos em gerais e específicos, além de abordar sua estrutura e funcionamento a fim de refletir sobre o papel de suas lideranças. O autor abordou o movimento das mulheres, dos jovens, pela paz, entre outros, dentro da abordagem do interacionismo simbólico.

Assim, o destaque nos estudos clássicos foi a ênfase na abordagem sociopsicológica. Formou-se uma tradição que tinha o propósito de explicar o comportamento coletivo das massas, por meio da análise das reações dos indivíduos enquanto seres humanos com certas características biológicas e culturais.

A perspectiva psicossocial não se resumiu a uma abordagem de microrrelações sociais. O indivíduo foi visto dentro de macroestruturas sociais. A grande questão foi sua inadaptação àquelas estruturas, gerando desajuste e conflitos.

Em relação à produção de estudos específicos sobre os movimentos sociais, observou-se que a maior parte da produção até os anos 60, do século XX, concentrou-se no estudo do movimento operário, particularmente nas lutas sindicais. Os primeiros estudos que tomaram como objeto central outros movimentos sociais referiram-se a distúrbios populares. Alguns foram analisados de forma bastante conservadora. Os mesmos fenômenos foram estudados, cerca de sessenta anos depois, no século XX, de forma totalmente diferente por vários autores, sob o prisma marxista. Todavia, o conceito sofreu, historicamente, uma série de alterações.

Nos anos 50 e 60, do século XX, os estudos na esfera das Ciências Sociais, além do enfoque nos estudos específicos, abordaram os movimentos no contexto das mudanças sociais, vendo-os como fontes de conflitos e tensões, fomentadores de revoluções, revoltas e atos considerados anormais, no contexto dos comportamentos coletivos vigentes.

Os movimentos, nesse período, foram classificados de forma dualista: religiosos e seculares, reformistas e revolucionários, violentos e pacíficos. Os movimentos sociais e revoluções eram termos sinônimos e quando se falava em movimentos, a categoria “trabalhador” era destacada. Por outro lado, Heberle (1951) ampliou o leque dos tipos de ações coletivas a serem designadas como movimentos, chamando atenção para os movimentos dos camponeses, dos negros, dos socialistas e dos nazi-fascistas, além de separar os movimentos em sociais e políticos, segundo os seus objetivos.

Nas abordagens fundadas no paradigma decorrente da teoria marxista, até os anos 60, o conceito de movimento social foi associado ao de luta de classes e subordinado ao próprio conceito de classe que era o centro de toda a análise. Havia a crença na existência de um sujeito principal daqueles processos: a classe trabalhadora. Por essa razão, a maioria dos estudos empíricos abordou o movimento operário ou camponês, os sindicatos e os partidos políticos. Como as categorias da organização da classe e o processo de formação da consciência social eram centrais no modelo de projeto de sociedade que se desenhava e aspirava-se como ideal, não havia muita preocupação quanto à diferenciação entre movimento social e político, ou quanto a movimentos ou organizações. Essas últimas eram suportes dos movimentos e, de certa forma, um movimento atingia seus objetivos quando transformava a demanda reivindicada numa política ou organização institucionalizada.

O advento de novas modalidades de movimentos sociais, tais como o dos direitos civis nos Estados Unidos (nos anos de 1950); os dos estudantes em vários países europeus (nos anos de 1960); os das mulheres, pela paz, contra a guerra do Vietnã, entre outros, contribuíram para que novos olhares fossem lançados sobre a problemática. O paradigma norte-americano, na matriz acionalista, passou a destacar o lado positivo dos movimentos, como construtores de inovações culturais e fomentadores de mudanças sociais. Foram ampliados os estudos específicos sobre movimentos, com preocupações teóricas e a teoria comportamentalista- funcionalista norte-americana passou por uma revisão crítica, dando origem a uma nova teoria: a da Mobilização de Recursos. As mobilizações coletivas foram analisadas, segundo uma ótica econômica, em que os fatores tidos como objetivos foram a organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias.

A análise histórica do paradigma norte-americano foi levada a termo por Charles Tilly (1978). Esse autor produziu um estudo sobre a ação coletiva, no qual buscou entender os movimentos sociais, segundo os três autores clássicos das Ciências Sociais: Marx, Weber e Durkheim.

Na Inglaterra foram realizados estudos sobre os movimentos, nesse período, influenciados pelo comportamentalismo ou pela Mobilização de Recursos.

Na Europa, a onda dos chamados novos movimentos sociais, a partir dos anos 60, do século passado, de estudantes, mulheres, pela paz, ecologia, meio ambiente e antinucleares deu origem a um novo paradigma da ação social que foi responsável pelo surgimento de abordagens que entenderam os movimentos sociais como tema central de investigação. Essas abordagens ocorreram sob duas teorias básicas: a neomarxista e a dos Novos Movimentos Sociais.

Lembra-se que a França, a Itália e a Espanha passaram a ser os países produtores de estudos de ponta sobre os movimentos sociais. Na França foram estudados os movimentos dos

estudantes, os movimentos das mulheres, os antinucleares, os movimentos terroristas, os grupos de solidariedade, entre outros.

Nos anos 80, destaca-se, ainda, a revisão ocorrida no paradigma da Mobilização de Recursos e o debate por ele travado, através de análises comparativas com o paradigma europeu dos Novos Movimentos Sociais.

Chega-se aos anos 80, com um panorama mundial das formas de manifestação dos movimentos sociais bastante alteradas. Progressivamente, as lutas armadas na Ásia, na América Latina e na África e o próprio movimento operário, todos fortemente estruturados, segundo a problemática dos antagonismos entre classes sociais deram lugar a outras problemáticas sociais, enquanto eixos centralizadores das lutas sociais.

O desenvolvimento do novo cenário passou pelas revoltas dos negros, pelo movimento dos direitos civis, nos Estados Unidos; pelas rebeliões estudantis dos anos 60, juntamente com a emergência de uma série de movimentos étnicos; pela estruturação dos movimentos feministas, conjuntamente com a construção da problemática do gênero; pelas revoltas contra as guerras e armas nucleares, assim como pela constituição do movimento dos “pobladores” ou moradores, ou simplesmente de cidadãos, na cena política da América Latina e Espanha.

As análises centradas nas teorias libertárias do século XIX influenciaram a prática concreta de alguns movimentos, especialmente os ecológicos, os antinucleares e os chamados contracultura de massa.

Em 1988, após um seminário internacional, foi registrada uma revisão nos estudos sobre os movimentos sociais, em especial o paradigma norte-americano, com a consolidação da teoria da Mobilização Política.

Nos anos 90, foram alterados os quadros sobre os movimentos sociais, tanto do ponto de vista das manifestações concretas da realidade, como da produção teórica. Alguns autores passaram a tratar os dois fenômenos como sinônimos. Outros desqualificaram os movimentos, como coisa do passado. Outros, ainda, retomaram os estudos sobre os movimentos sociais de forma totalmente inovadora, enquanto fenômenos de uma nova sociedade civil, sob a ótica da teoria da Ação Coletiva. Na América Latina, alguns analistas deslocaram as atenções para outro fenômeno social, as Organizações Não-governamentais (ONG's). Nos Estados Unidos, a teoria dos processos de mobilização cedeu lugar à teoria das oportunidades.

Nesse período, o tema se ampliou, passando a enfatizar outras dimensões das ações coletivas como os “protestos sociais”. A categoria da ação social voltou a ter importância nos estudos. Por outro lado, notou-se a revitalização da produção norte-americana e europeia. Na América surgiram vários estudos, além de uma série de revistas especializadas, lançadas nesse período, como a *Mobilization* (1996).

Na América Latina, em especial no Brasil, as mudanças decorrentes da globalização da economia e a institucionalização dos processos gerados no período da redemocratização acarretaram um novo ciclo de movimentos e lutas, menos centrados na questão dos direitos e mais nos mecanismos de exclusão social.

A ascensão das ONG's, seguida por suas crises econômico-financeira e por suas reestruturações, contribuíram para o deslocamento do interesse de muitos pesquisadores para outros temas da ação coletiva que não os movimentos sociais.

O estudo das redes sociais passou a ser um objeto de interesse menos como articulação política e mais como elemento explicativo da estrutura e funcionamento das organizações que passaram a operar com certo grau de institucionalização. Os mecanismos de exclusão social e os obstáculos à construção da democracia, segundo os princípios da cidadania, foi outro tema que atraiu a atenção de analistas.

A tendência, predominante nos anos 90, na análise dos movimentos sociais foi o de unir abordagens elaboradas a partir de teorias macro-sociais às teorias que priorizavam aspectos micro da vida cotidiana, por meio de conceitos que faziam mediações sem excluir uma ou outra das abordagens. Sabe-se que a divisão entre teorias da ação (micro) e teorias estruturais (macro) marcou a produção e o debate teórico, nos últimos vinte e cinco anos. A micro e a macroteoria, vistas de forma isolada, foram consideradas insatisfatórias, porque seus conteúdos básicos, ação e estrutura precisariam ser articulados.

Argumenta-se que há a necessidade de uma teoria que busque a síntese, o que se faria por meio de uma teorização, em âmbito mais geral, sem referência a problemas empíricos particulares ou a domínios específicos. Da mesma forma que não se fala mais da análise das estruturas desconsiderando o papel das conjunturas, a tendência seria, então, articular diferentes disciplinas: economia, política, sociologia, antropologia, psicologia, psicanálise, filosofia, comunicações e geografia. Assumindo, diferentes olhares e diferentes ângulos de apreensão dos fatos da realidade seria uma necessidade imperiosa, numa era, na qual tudo se desfaz rapidamente, tudo fica obsoleto em frações de tempo muito menores que nossa capacidade de memorização.

REFERÊNCIAS

- ASSIES, W.; BURGVAL, G.; SALMAN, T. **Structures of Power, Movements of Resistance**. Amsterdã: CEDLA, 1990.
- BLUMER, H. **Collective Behaviour in Park**. R. (Ed.) an Outline of the Principles of Sociology. New York: Barnes & Noble, 1939.
- _____. **Social Moviments**, In LEE, A. Principles of Sociology. New York: Barnes & Noble, 1951.
- BOTTOMORE, T. B. **Sociology as Social Criticism**. New York: William Morrow Comp., 1976.
- BROW, R. **MASS Phenomena**, In: LINDSEY, G. Handbook of Social Psychology. Cambridge: Cambridge Press, 1954.
- CASTELLS, M. **Movimientos Sociales Urbanos**. Madrid: Siglo XXI, 1974.
- _____. **The City and Grassroots: A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements**. Berkley: University of California Press, 1983.
- _____. **Gestão Urbana, Planejamento e Democracia Política**, palestra proferida na Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo, em 12 de agosto de 1985.
- _____. **Insurgents Against a New Global Order: A Comparative Analysis of Chiapas, America Indígenas, and Aum Shinrikió**, In: International Conference of the RC Social Movements and Social Classes. CA. Santa Cruz: California, 1996a.
- CAMERON, P. **Rosa de Luxemburg**. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1961.
- COHEN, J. **Strategy or Identity: New Theoretical Paradigmas and Contemporary Social Movements**. vol. 52, nº 4, p.663-716. *Social Research*. (Winter) 1985.
- _____. **Del Sector Informal a la Economía Popular**. Quito: Instituto Frones, 1992.
- COHEN, J.; ARATO, A. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: Mite Press, 1992.
- FANTASIA, R.; HIRSCH, J. **Culture in Rebellion: thue Appropriation and Transformation of the Veil in the Algerian Revolution**, In: JOHNSTON, H. & WANDERMAN, B. (eds.) *Social Movements and Culture*. London: UCL Press, 1992.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 1981.
- FOURAKER, J. **Theorizing Social Movements**. Boulder. Colorado, EUA: Pluto Press, 1995.
- FROMM, E. **Escape from Freedom**. New York: Rinehart, 1941.
- GAMSON, W. A.; FIREMAN, B.; RYTINA, S. **Encounters with Unjust Authority**. Homewood. Illinois: Dorsey Pres, 1982.
- GOFFMAN, E. **The Presentation of Self in Everyday Life**. Garden City. New York: Doubleday Anchor, 1959.
- _____. **Frame Analysis**. Cambridge. Massachusetts: Havard Un. Press, 1974.
- GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais - Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOHN, M. G. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 2ª edição - São Paulo: Edições Loyola, 2009.

- GOODWIN, J. **Caught in a Winding, Snarling Vine: A Critique of Political Theory**. New York University: (mimeo), 1996.
- GRAMSCI, A. **La Política y lo Estado Moderno**. Barcelona: Edición Península, 1971.
- _____. **Los Intelectuales y la Organización de la Cultura**. B. Aires: Ed. Nueva Visión, 1972.
- _____. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- GUATTARI, F. **As Novas Alianças: Movimentos Sociais e Movimentos Alternativos**. Revista Desvios. nº 5. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GUSFIELD, J. **Social Structure and Moral Reform: a Study of the Women's Christian Temperance Union**. nº 6. p. 221-232. American Journal of Sociology, 1955.
- HABERMAS, J. **New Social Movements**. nº. 49, p. 33. Telos, 1981.
- HEBERLE, R. **Social Movements: An Introduction to Political Sociology**. New York: Appleton-Century-Crofts Inc, 1951.
- HOBBSBAWM, E. **Revolucionários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSBAWM, E; RUDÉ, G. **Captain Swing**. São Paulo: Difel, 1969.
- HOFFER, E. **The True Believer: Thoughts on the Nature of Mass Movements**. New York: Mentor, 1951.
- KLANDERMANS, B. **The Social Construction of Protest and Multiorganizational Fields**, In: MORRIS and MUELLER, Frontiers in Social Movement Theory. New Haven: Yale, 1992.
- KORNHAUSER, W. **The Politics of Mass Society**. Glencoe: Free Press, 1959.
- KRIESI, H. **Local Mobilization for the People's Petition of the Dutch Peace Movement**, In KLANDERMANS, KRIESI and TARROW, International Social Movements, nº 1, p. 41-82. Greenwich: Cnn JAI Press, 1988.
- KRINGSBERG, L. DOBKOWSKI, M.; WILHELMANN, I. (Eds). **Social Movements, Conflicts and Change**. Vol. 19. London: JAI Press, 1996.
- LACLAU, E. **Política e Ideologia na Teoria Marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy. Toward a Radical Democratic Politics**. London/New York: Verso Books, 1985.
- LANG, K; LANG, G. **Collective Dynamics**. New York. Thomas Y. Crowell Co, 1961.
- LARAÑA, E.; JOHNSTON, H. GUSFILED, J. R. **New Social Movements: From Ideology to Identity**. Philadelphia: Temple University Press, 1994.
- LENIN, W. **Que Hacer?** Madrid. Akal, 1974.
- LIPSET, S. M. **Agrarian Socialism**. Berkeley: Un. California Press, 1950.
- LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LUKÁCS, G. **Histoire et Conscience de Classe**. Paris: Arguments, 1960.

- LUXEMBURG, R. **Greve de Massas, Partidos e Sindicatos**. São Paulo: Ed. Sociais Textos, 1976.
- MAO TSÉ-TUNG. **Sobre las Contradiciones**. Barcelona: Grijalbo, 1974.
- MARX, K. **Grundrisse-elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política. 1857-1858**. Ciudad Del Mexico: Siglo XXI, 1972.
- _____. **La Miséria de la Filosofia**. Barcelona. Grijalbo, 1976.
- MAYER, M. **Assessing Urban Social Movements in the 1990**, In International Conference of the RC Social Movements and Social Classes. ISA. Santa Cruz: California, 1996.
- McADAM, D. **Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970**. Chicago: Un. Chicago Press, 1982.
- McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. **Comparative Perspectives on Social Movements**. p. 141-151. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1996.
- MELUCCI, A. **Sistema Politico, Partidos e Movimenti Sociali**. Milano: Feltrinelli, 1976.
- _____. **The New Social Movements: A Theoretical Approach**, n° 19, p.197-226. Social Science Information, 1980.
- _____. **Challenging Codes: Collective Action in the Information Age**. Cambridge Cultural Social Studies: Cambridge Un. Press, 1996.
- MESSINGER, S. L. **Organizational Transformation: A Case Study of a Declining Social Movement**, In American Sociological Review, n° 26, p. 3-10, 1955.
- MICHLES, R. **Political Parties**. New York: Harper, 1959.
- MORRIS, A. **The Origins of the Civil Rights Movement: Black Communities Organizing for Change**. New York: The Free Press, 1984.
- MOUFFE, C. **Hegemony and New Political Subjects: Toward a New Concept of Democracy**, In NELSON, C. and GROSSBERG, L. **Marxism and the Interpretation of Culture**. Chicago: Univ. of Illinois Press, 1988.
- OBERSCHALL, A. **Social Movements**. New Brunswick. N. J. Transaction Books, 1993.
- OFFE, C. **New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics**, In Social Research, n° 52, p. 817-868, 1985.
- _____. **Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales**. Madrid: Ed. Sistema, 1988.
- OLSON, M. **The Logic of Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.
- OLTEGA Y GASSET, J. **A Rebelião das Massas**. São Paulo: Martins Fontes (edições em inglês em 1926 e 1932), 1987.
- PARSONS, T. **The Social System**. London: Tavistock, 1952.
- PIAGET, J. **The Construction of Reality in the Child**. New York: Basic Books, 1954.
- RICH, P ; LOS REYS, G. D. **Internet Insurrection: Chiapas and the Laptop**. New York. American Sociological Association: Annual Meeting, 1996.
- REICH, W. **The Mass Psychology of Facism**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1970.
- RUDÉ, G. **Ideologia e Protesto Popular**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SCHERER-WARREN, I. **Movimentos Sociais**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

SELZINCK, P. **The Organizational Weapons**. New York: McGraw-Hill, 1952.

SNOW, D. **Frame Alignment Processes. Micromobilization and Movement Participation**, In American Sociological Review. n. 51, p. 464-481, 1986.

SNOW, D.; BENFORD, R. **Ideology, Frame Resonance and Participant Mobilization**, In Klandermans, Kriesi and Tarrow. International Social Movement Research. vol. 1. p. 197-218. Greenwich: Con. JAI Press, 1988.

SMELSER, N. **Teoria del Comportamiento Colectivo**. Mexico: FCE, 1962.

TARROW, S. **Power in Movement**. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1994.

_____. **Cycles of Contentious Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention**, In: M. Traugott (Ed.) *Repertoires and Cycles of Collective Action*. Durham, NC: Duke University Press, 1995.

_____. **States and Opportunities: The Political Structuring of Social Movements**, In McADAM, McCAPTHY and ZALD. *Comparative Perspectives on Social Movements*. p. 41-61. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1996.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TILLY, C. **From Mobilization to Revolution**. London: Addison Wesley Publishing Company, 1978.

_____. **History and Sociological Imagining**, Tocqueville Review, nº 15, p. 57-72, 1994.

TILLY, C.; McADAM, D.; TARROW, S. **The Map Contentions**, In *Mobilizations*, vol. 1, nº 1, p. 1-5, 1996.

TOURAINÉ, A. **The Study of Social Movements**, In *Social Research*. Vol. 52, nº 4, p. 49-78, 1985.

TROMBKY, L. **Clase, Partido y Dirección**. Mexico, 1931.

TURNER, R. **The Public Perception of Protest**. nº 34, p. 815-831. *American Sociological Review*, 1969.

TURNER, R.; KILLIAN, L. **Collective Behavior**. New York: Prentice-Hall, 1957.

WEBER, M. **Economy and Society**. G. Roth (editor). New York: University of California Press; New Ed. edition (1968; 1978).